



ESTADO DE PERNAMBUCO  
PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL DE JUSTIÇA  
Gabinete Des. Patriota Malta

198  
E

206

**6ª CÂMARA CÍVEL**

APELAÇÃO CÍVEL nº 0191751-5

APELANTE: Scan-Leste Comércio de Peças Ltda

Apelado: Manuel Oliveira Batista

RELATOR: Des. José Carlos Patriota Malta

**EMENTA:** DIREITO PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO RETIDO. NÃO CONHECIMENTO. PRELIMINAR DE ILEGITIMIDADE PASSIVA AD CAUSAM REJEITADA. RESPONSABILIDADE CIVIL. AÇÃO DE INDENIZAÇÃO. ACIDENTE DE TRÂNSITO. COLISÃO. CULPA DO CONDUTOR DO VEÍCULO QUE EFETUOU ULTRAPASSAGEM PROIBIDA E COM EXCESSO DE VELOCIDADE. DANOS MATERIAS E MORAIS COMPRADOS. DEVER DE REPARAR. APELAÇÃO NÃO PROVIDA. DECISÃO UNÂNIME.

I – Não se conhece do agravo retido interposto quando não formulado pedido expresse, como preliminar do julgamento do recurso de apelação, por constituir requisito essencial de admissibilidade, nos termos do art. 523, caput e § 1º do Código de Processo Civil.

II – Rejeita-se a preliminar de ilegitimidade passiva ad causam quando está foi objeto de agravo retido não conhecido.

III – Afere-se da dinâmica do acidente que restou incontroverso com as provas extraídas dos autos que a causa do acidente foi a manobra indevida empreendida pelo réu/apelante, consistente em ultrapassagem em local proibido, com excesso de velocidade, adentrando na contramão de direção, atingido o veículo do apelado que convergia sob orientação do guarda existente no local.

IV – Comprovados os danos e o nexo de causalidade, impõe-se o dever de repará-los.

V – O dano moral está configurado na agressão à integridade física e psíquica pelo qual sofreu o filho do autor, trazendo ao apelado constrangimentos e perturbações que ultrapassam a normalidade do cotidiano de um cidadão mediano.

VI – Apelação a que se nega provimento. Decisão unânime.

**ACÓRDÃO:** Vistos, relatados e discutidos estes autos de Apelação Cível nº. 0191751-5, em que figuram como Apelante, Scan-Leste Comércio de Peças Ltda e, como apelado, Manuel Oliveira Batista, acordam os senhores Desembargadores componentes da 6ª Câmara Cível do Tribunal de Justiça do Estado de Pernambuco, em proferir, a seguinte decisão: "À unanimidade, não se conheceu do agravo retido. À unanimidade, foi rejeitada a preliminar de ilegitimidade passiva ad causam. No mérito: À unanimidade, negou-se provimento ao recurso nos termos do voto da turma".

Recife, 21 de janeiro de 2010.

Des. José Carlos Patriota Malta  
relator

06/GDPM

Oliveira  
3507



**Poder Judiciário**  
**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO**

**6ª CÂMARA CÍVEL**  
Gabinete Desembargador Patriota Malta

**APELAÇÃO CÍVEL Nº 0191751-5**

**APELANTE: SCAN-LESTE COMÉRCIO DE PEÇAS LTDA**

**APELADO: MANUEL OLIVEIRA BATISTA**

**ÓRGÃO JULGADOR: 6ª CÂMARA CÍVEL**

**RELATOR: DES. JOSÉ CARLOS PATRIOTA MALTA.**

**RELATÓRIO**

Cuida-se de recurso de apelação, visando reformar a r. sentença prolatada nos autos de indenização ajuizada por Manuel Oliveira Batista, que julgou parcialmente procedente o pedido formulado na peça inicial para condenar Scan Leste Comércio de Peças Ltda em danos materiais e morais em face do acidente ocorrido em 19/11/2008.

Adoto o relatório da sentença contido na folha 146, *in verbis*,

"MANUEL OLIVEIRA BATISTA propôs ação indenizatória contra SCAN-LESTE COMÉRCIO DE PEÇAS LTDA. aduzindo que em 19 de janeiro de 2008, pelas 17:00 hs., teve seu veículo Monza placa KFD-3319 abalroado pelo veículo caminhão Scania placa DMI-2350, de propriedade do suplicado, cujo condutor iniciou uma ultrapassagem imprudente em local proibido em outro veículo de grande porte, vindo a colidir na traseira do veículo do autor, que na ocasião era conduzido pelo seu filho, causando perda total do veículo. Fato ocorrido na BR 101- sul, nas imediações da Cidade de Ipojuca-PE.

O acidente se deu por culpa exclusiva do condutor do caminhão Ronaldo Nobre da cunha, de propriedade do suplicado. Além da perda total de seu veículo, no valor de R\$ 15.000,00, também teve danos materiais com a perda de um MP4 no valor de R\$ 300,00 e um MP3 no valor de R\$ 300,00.

Por fim, pede ser ressarcido pelos danos materiais no valor de R\$ 15.400,00 e morais. Juntou documentos.



**Poder Judiciário**  
**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO**

**6ª CÂMARA CÍVEL**  
Gabinete Desembargador Patriota Malta

786  
208

*Em audiência de conciliação (fls. 44), não sendo possível o acordo, o suplicado ofereceu contestação escrita acompanhada de documentos, arguindo em preliminar cerceamento de defesa, inépcia da inicial, ilegitimidade passiva e impugnou o valor da causa. No mérito, disse que não se provou os danos materiais e morais. O valor do veículo pela FIPE é de R\$ 11.336,00. O autor fez uma conversão à esquerda de forma indevida. Formulou pedido contraposto relativo às despesas com sua defesa nesta ação no valor de R\$ 5.976,00.*

*Replicou o autor, acrescentando que houve reconhecimento da culpa pelo motorista do caminhão, houve processo de negociação com a seguradora, que ofertou o valor de R\$ 15.000,00, posteriormente envio correspondência não reconhecendo responsabilidade no evento. Foram afastadas todas as preliminares e a impugnação ao valor da causa (fls. 44/46).*

*Juntados novos documentos pelo autor (fls. 98) deles falando o suplicado na audiência de instrução (fls. 115) onde foi colhido o depoimento de três testemunhas.*

*Juntados novos documentos pelo suplicado (fls. 129) deles falando o autor nas alegações finais (fls. 136), preferindo o suplicado não apresentar as suas (fls. 145)."*

Registra ainda que houve preliminares suscitadas de cerceamento de defesa, ilegitimidade passiva, inépcia da inicial e impugnação ao valor da causa, as quais foram todas rejeitadas pelo juízo singular, sendo a referida decisão objeto de agravo retido interposto em audiência de instrução às fls. 44/46.

Contra-razões do apelado (fls. 167/171), contrariando os termos das razões e pugnando pela manutenção da r. sentença.

Regular preparo comprovado às fls. 164.





**Poder Judiciário**  
**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO**

**6ª CÂMARA CÍVEL**

Gabinete Desembargador Patriota Malta

É o relatório.

Processo que dispensa revisão ai teor do art. 551, § 3º, do CPC, pelo que remeto os autos à pauta.

Recife, 06 de janeiro 2010.

Des. José Carlos Patriota Malta

relator



**Poder Judiciário**  
**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO**

**6ª CÂMARA CÍVEL**  
Gabinete Desembargador Patriota Malta

**APELAÇÃO CÍVEL Nº 0191751-5**

**APELANTE: SCAN-LESTE COMÉRCIO DE PEÇAS LTDA**

**APELADO: MANUEL OLIVEIRA BATISTA**

**ÓRGÃO JULGADOR: 6ª CÂMARA CÍVEL**

**RELATOR: DES. JOSÉ CARLOS PATRIOTA MALTA.**

**VOTO**

Conheço do recurso, posto que prestes os pressupostos que autorizam sua admissibilidade.

Conforme consignado no relatório, trata-se de recurso de apelação interposto por Scan-Leste Comércio de Peças Ltda, em sede de Ação de Indenização, proposta por Manuel Oliveira Batista, em que foi proferida sentença que julgou parcialmente procedente o pedido do autor/apelado para condenar a ré/apelante a ressarcir as despesas (danos materiais), no valor de R\$ 11.736,00 (onze mil, setecentos e trinta e seis reais), acrescidos de juros de mora legais de 1% a partir do evento danoso e correção monetária da data da propositura da ação, bem como pagar danos morais, estes arbitrados em R\$ 9.300,00 (nove mil e trezentos reais) e acrescidos de juros moratórios e correção monetária a partir da data da prolação da sentença.

Inicialmente, consigno que o agravo retido interposto pelo réu/apelante às fls. 46, não merece ser conhecido, eis que ausente o requerimento expresso para sua apreciação.



194  
8  
211

**Poder Judiciário**  
**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO**

**6ª CÂMARA CÍVEL**

Gabinete Desembargador Patriota Malta

Com efeito, o pedido de conhecimento do agravo retido como preliminar do julgamento do recurso de apelação constitui requisito essencial de admissibilidade, nos termos do art. 523, caput e §1º, do Código de Processo Civil.

Assim, não conheço do agravo retido de fls. 46. —

Em suas razões recursais, invoca a apelante preliminar de ilegitimidade passiva para a causa.

Cuido que esta preliminar não deve ser conhecida, considerando que a mesma foi objeto de agravo retido interposto pelo apelante, que não foi conhecido ante a invocada ausência de requerimento expresso para apreciar como preliminar do apelo.

Assim considerado, voto pelo <sup>rejeição</sup> ~~conhecimento~~ desta preliminar.

No que se refere ao mérito do recurso, observa-se que a controvérsia debatida nos presentes autos restringe-se à responsabilidade civil da apelante em decorrência de acidente de trânsito que causou os danos noticiados na peça de ingresso.

Como é sabido, para a responsabilidade civil há necessidade de comprovação da conduta dolosa/culposa e o nexo de causalidade; sem esses elementos não incide o dever de indenizar.

Examinando os autos, observa-se que, em 19/01/2008, Luiz César Oliveira Batista, condutor do veículo Monza Club, placa KFD 3319, ao



**Poder Judiciário**  
**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO**

**6ª CÂMARA CÍVEL**

Gabinete Desembargador Patriota Malta

efetuar conversão de cruzamento da pista, teve seu veículo abalroado pelo automóvel Scania, placa DMI – 2350, conduzido por Ronaldo Nobre Cunha, quando efetuara ultrapassagem em local proibido.

De fato, afere-se, quanto à dinâmica do acidente, restou incontroverso com as provas extraídas dos autos que a causa do acidente foi a manobra indevida empreendida pelo condutor do veículo do réu/apelante, consistente em ultrapassagem em local proibido, com excesso de velocidade, adentrando na contramão de direção, causando as avarias descritas no laudo pericial.

Nesse sentido, a sentença do juízo singular foi pontual ao contemplar os fundamentos de sua decisão com a colhida da prova oral, destacando-se, pois, o seguinte (fls. 147):

"Restou patente, pela narrativa da prova oral, havia obras no acostamento direito da faixa que trafegavam ambos os veículos envolvidos no acidente, onde se encontrava um "guarda" com rádio transmissor para orientar o trânsito, o veículo Scania vinha em velocidade incompatível para o local e fez ultrapassagem em local proibido, vindo a colidir na traseira do Monza. O motorista do Monza fez a conversão à esquerda sob orientação do "guarda".

Nessa esteira de entendimento, há uma excludente de ilicitude e, portanto, não se pode ter como indevida a manobra realizada pelo condutor do veículo monza, notadamente quando existia obstáculo no acostamento impedindo a realização da convergência na forma preconizada no Código de Trânsito brasileiro.

Assim, não prospera a tese defendida pelo apelante da existência de culpa concorrente, especialmente quando resta evidente tão somente a sua participação culposa no evento danoso.



**Poder Judiciário**  
**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO**

**6ª CÂMARA CÍVEL**

Gabinete Desembargador Patriota Malta

Além do mais, ainda que admissível a culpa concorrente, analisar-se-ia o nível de gravidade das culpas e haveria uma compensação dos prejuízos causados e não, como equivocadamente entende o apelante, que cada parte arcaria com seu prejuízo.

Quanto aos danos morais, observo que a sentença não merece também qualquer reforma, posto que a existência do dano moral está configurada pela agressão à integridade física e psíquica pelo qual sofreu o filho do autor, acarretando-lhe constrangimentos e perturbações que ultrapassam a normalidade do cotidiano de um cidadão mediano. Demais disso, ressalto que o valor fixado pelo magistrado sentenciante não se configura excessivo de modo a causar enriquecimento ilícito. O critério adotado por aquele julgador obedeceu aos critérios de moderação e proporcionalidade, levando<sup>se</sup> em consideração as partes do processo.

Ante o exposto, restando comprovado os pressupostos ensejadores da responsabilidade civil, quais sejam, o dano, o nexo causal, bem como a culpa do causador do dano sob a forma da imprudência, tornando indiscutível o dever do apelante indenizar, VOTO PARA NEGAR PROVIMENTO A PRESENTE APELAÇÃO MANTENDO-SE INCÓLUME A SENTENÇA RECORRIDA.

É COMO VOTO, SR. PRESIDENTE.

Recife, 19 de Janeiro 2010.

Des. José Carlos Patriota Malta

relator